

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.303 - MG (2019/0163254-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : MELLORE ALIMENTOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : WANESSA NEVES LESSA ROMANHOL E OUTRO(S) - GO021660
INGRID DEYLIANE GARCIA ARAUJO - GO052426
KARLA LETÍCYA VIEIRA CAETANO - GO054018
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 5A VARA CÍVEL DE BETIM - MG
SUSCITADO : JUIZO DA 6A VARA DO TRABALHO DE BETIM - MG
INTERES. : ADRIANO SANTOS COSTA
ADVOGADO : JORGE VIEIRA DO AMARAL - MG128260

DECISÃO

Cuida-se de **conflito positivo de competência**, com pedido de liminar, instaurado por MELLORE ALIMENTOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, envolvendo, como suscitados, o Juízo de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Betim/MG, no qual se processa a recuperação judicial das suscitantes (Processo nº 5001049-77.2017.8.13.0027), e o Juízo da 6ª Vara do Trabalho de Betim/MG, onde tramita a reclamação trabalhista nº 0010295-93.2017.5.03.0163, em fase de execução, movida por Adriano Santos Costa.

Afirmam as suscitantes que formularam pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Betim/MG, com posterior suspensão de atos executórios relativos a créditos trabalhistas. (fls. 168/172)

Contudo, alegam que *"(...) no intuito de satisfazer o crédito objeto da reclamatória trabalhista n. (...) ajuizada por Adriano Santos Costa, em trâmite perante a 6ª Vara do Trabalho de Betim/MG, o MM. Juiz Laboral determinou o prosseguimento da execução do crédito proferido em sentença/acordo, procedendo, assim, com a execução e a determinação de bloqueio nas contas da empresa Recuperanda, até o limite de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)"*

Diante disso, requerem a concessão de **liminar** objetivando o sobrestamento da demanda laboral. Quanto ao **mérito do incidente**, pugnam pela declaração de competência do Juízo da Recuperação Judicial para tratar dos atos de caráter executório que afetem seu acervo patrimonial.

É o relatório.

Decide-se.

O pedido comporta **parcial** acolhimento.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Em conflitos similares, envolvendo, de um lado, o **Juízo da Recuperação Judicial** e, de outro, o **Juízo Laboral**, no qual tramita execução trabalhista movida contra sociedade recuperanda, o Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido a competência do primeiro para efetivar atos de constrição e expropriação que, de alguma forma, afetem o patrimônio envolvido no processo de soerguimento.

Uma vez iniciada, pois, a recuperação judicial, é mister que os atos executórios dirigidos contra o patrimônio da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação, mesmo após transcorrido o referido prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005). Nesse sentido, confira-se: AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016; AgRg no CC 116.594/GO, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 19/03/2012; CC 131.894/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014; CC 146.657/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016.

Diante da jurisprudência acima colacionada e da documentação cuja cópia foi juntada às fls. 168/172 (e-STJ), relativa ao processo de recuperação judicial, bem como às fls. 173 (Justiça do Trabalho), atinente ao prosseguimento da execução trabalhista, sobressai, ao menos neste juízo de cognição sumária, a **probabilidade do direito invocado**. De igual forma, o **perigo de dano** se mostra caracterizado em razão da iminência de realização de atos executórios em face da suscitante, sem o devido controle pelo Juízo Recuperacional.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **defer-se** em parte o pedido de liminar para o fim de sobrestar quaisquer determinações constritivas/expropriatórias que, nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 0010295-93.2017.5.03.0163, em curso no r. Juízo da 6ª Vara do Trabalho de Betim/MG, afetem o patrimônio da suscitante, e **designa-se** o Juízo da Recuperação Judicial da 5ª Vara Cível da Comarca de Betim/MG para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Oficie-se aos órgãos jurisdicionais em conflito, com urgência, comunicando e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

